Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 5775/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/19043/2016
PROTOCOLO	: 1731378
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
CARGO	: DIRETOR-PRESIDENTE
TIPO DE PROCESSO	: CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE
INTERESSADA	: LEILA DE OLIVEIRA MIRANDA
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

ATO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE – AMPARO LEGAL: ARTIGO 31, II, "A", COMBINADO COM OS ARTIGOS 13, I, 44, II, 46, CAPUT E §2º, TODOS DA LEI N.º 3.150/05 – ATENDIDOS OS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS – REGISTRO.

Trata o presente processo do exame do ato concessão de *Pensão por Morte,* à beneficiária *Leila de Oliveira Miranda, CPF/MF n.º 403.687.931-68,* cônjuge do ex-segurado da *Agência de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul,* Senhor *Antonio Wacemir da Silva Miranda, CPF/MF n.º 108.627.651-53*.

Após análise da documentação acostada, a Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal e o d. Ministério Público de Contas se manifestaram pelo *registro* da concessão da pensão por morte, consoante a análise *ANA-ICEAP-10618/2018* (fls. 30-32) e o r. parecer *PAR-2ªPRC-6948/2018* (fls. 33), entendendo que todos os atos foram realizados em conformidade com os preceitos legais e constitucionais vigentes.

É o relatório.

Verifico que foram cumpridos os pressupostos processuais e regularmente instruídos os autos, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, *"b",* da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O ato concessório de *Pensão por Morte* à beneficiária *Leila de Oliveira Miranda, CPF/MF n.º 403.687.931-68* foi formalizado pelo *Decreto "P" n.º 3.612/16,* de 09/08/2016, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul n.º 9.232/16, de 19/08/2016 (fls. 14), com amparo legal no artigo 31, II, "a", combinado com os artigos 13, I, 44, II, 46, caput e §2º, todos da Lei nº 3.150/ 2005.

Após apreciação dos autos, a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal sugere o *registro* desta pensão por morte, nos seguintes termos, *in verbis* (fls. 31)*:*

> *Diante do exposto, sugerimos o registro da concessão da Pensão por Morte.*

Instado a se manifestar, o d. Ministério Público de Contas acolhe o posicionamento da Equipe Técnica e pugna pelo *registro* do ato, *in verbis* - (fls. 33):

> *Pelo exame do feito, denota-se que foram cumpridas as exigências preconizadas nas normas constitucionais, legais e regimentais desta Corte, razão pela qual este Ministério Público de Contas, acompanhando o entendimento técnico supra e com fulcro no inciso I, artigo 18 c/c o inciso II, artigo 34, ambos da Lei Complementar Estadual nº. 160/2012, pronuncia-se pelo registro do ato de pessoal em apreço.*

Analisando os autos, vejo que assiste razão ao eminente Procurador de Contas, porquanto, de fato, o ato de concessão de Pensão por Morte em epígrafe foi realizado em consonância com os ditames constitucionais, legais e regimentais, sendo, portanto, passível de registro.

Mediante o exposto e, acolhendo o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, aprecio com fundamento no art. 10, I c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013 e artigos 21, III e 34, II da Lei Complementar n.º 160/12,

DECIDO:

1 - Pelo **REGISTRO** do Ato de Concessão de Pensão por Morte, com fundamento no artigo 31, II, "a", combinado com os artigos 13, I, 44, II, 46, caput e §2º, todos da Lei nº 3.150/ 2005, relativamente à beneficiária abaixo relacionada:

BENEFICIÁRIA	**EX-SEGURADO**
Leila de Oliveira Miranda CPF/MF n.º 403.687.931-68 Grau de Parentesco: cônjuge Proc. de Pensão por Morte n.º 55/501433/2016	Antonio Wacemir da Silva Miranda CPF/MF n.º 108.627.651-53 Cargo: Auxiliar de Serviços Agropecuários

2 – pelo **retorno** dos autos à Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal para as providências regimentais, nos termos do artigo174, § 2º do Regimento Interno;

3 - Pela **publicação** desta decisão e **intimação** dos interessados acerca do resultado deste julgamento, em conformidade com o artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012, cc. os artigos 70, § 2º e 99 do Regimento Interno.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 27 de junho de 2018.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator